



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA ATRAVÉS DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES (1917-1922) E DO JORNAL: O COMBATE (1934-1947)

Daniela Moura Rocha de Souza
(UESB)

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
(UESB)³²¹

RESUMO

O Arquivo Público de Vitória da Conquista é um órgão importante uma vez que é depositário de preciosas fontes para a construção e reconstrução da história de nossa cidade. Dentre as fontes disponíveis no Arquivo, trabalhamos com as Atas da Câmara de vereadores de 1917 até 1922, desenvolvendo o projeto de catalogação das mesmas e com o Jornal mais antigo contido no mesmo *O Combate* de 1934. Foram levantados os jornais de 29/07/1934 até 01/08/1937 e: 24 /01/ 1943 até 17/04/1947. Pretende-se, analisando épocas diferentes (da política coronelista até a era Vargas), compreender a educação local com toda a sua representatividade na sociedade, seus sujeitos, sua estrutura e sua história, apresentando um olhar sobre a História da Educação em Vitória da Conquista tendo como referência as fontes citadas anteriormente.

INTRODUÇÃO

A conjuntura de crises no século XX, dentre elas as guerras mundiais, fez com que Hobsbawm afirmasse que: “Locais, regionais, ou globais, as guerras do século XX iriam dar-se numa escala mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes” (HOBSBAWM, 2004. p. 32).

Ou seja, os impactos das guerras resultaram em profundas conseqüências nos âmbitos políticos, sociais, culturais, econômicos e, especificamente, no campo da Educação. Essas crises eram sentidas, prioritariamente nas grandes metrópoles, mas não deixavam de causar tumultos nas economias das médias e pequenas

³²¹ Doutora em Educação; casimiro@uesb.br; Coordenadora do Grupo Fundamentos da Educação; Orientadora; Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

idades, cujas conseqüências podem ser vislumbradas nas mudanças sociais e culturais, sobretudo na educação.

Afetavam, também, no âmbito do conhecimento, a própria concepção de ciência e acarretavam mudanças nos modelos teóricos e metodológicos das principais ciências, organizadas como tal. É o que se deu no campo da história e da historiografia, no qual, segundo Dosse (1992), após as turbulências que assombravam o mundo (a quebra da bolsa de valores de New York, ocasionando a grande depressão dos EUA, a 1ª guerra mundial, provocando uma perda de identidade cultural, social econômica e política), surgiu, na França, a proposta de uma nova história dissociada dos padrões positivistas, o movimento dos Annales. Burke (1991) tal qual Dosse, apesar das duras críticas, apresenta aspectos positivos dos Annales, que tinha a preocupação maior em se contrapor ao positivismo, trazendo como propostas inovadoras, já na 1ª geração liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch: a História Problema (afastando definitivamente a narração descritiva, criando um método de questionamento, acerca do objeto de estudo, através da problematização); o fato histórico como construção; ampliação das fontes históricas (não apenas documentos escritos e sim todo vestígio da passagem do homem); interdisciplinaridade (o diálogo com as outras ciências). Tudo isto na tentativa de apreender o todo.

Assim, a partir da concepção desses autores, esse trabalho compreende a história e utiliza os seus métodos de procedimento, tendo em mente a importância de aspectos ligados às idéias, às mentalidades e à cultura, notadamente à educação, objeto focado por nós, como forma de revelar fatos ligados à história regional e local, sem dissociá-la da história total.

Para Neves (2002) o desenvolvimento, de fato, da história regional e local se deu na 2ª geração dos Annales, com as monografias de Emmanuel Le Roy e Pierre Goubert, que estudaram as regiões da França, mas foi a partir da década de 70 que “a pesquisa estendeu-se para diversidade temática, antes desconhecida” (NEVES,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

2002. p. 58) e a história local foi se dedicando à análise do cotidiano de uma ou mais comunidades, em seus aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais. No Brasil, o autor afirma que a preocupação com a história regional e local veio a partir da década de 50, com o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, coordenado por Celso Furtado. Além disso, na introdução da obra de Torres (1996), Fonseca afirma que:

[...] falar de história local no Brasil implica em refletir sobre uma série de preconceitos sobre o tema, até bem pouco tempo instalados nos melhores centros de pesquisa do país. Ainda hoje, a própria expressão história local, inspira precauções, evocando rapidamente uma certa historiografia celebrativa, oficiosa, provinciana. De fato a história corre sempre o risco de ser fragmentada e difusa. E muito da avaliação pouco generosa que dela se faz passa por sua trajetória, marcada por compromissos políticos locais, geralmente conservadores. (TORRES, 1996. p. 10).

Para o autor, a importância da história local consiste em detalhar o desenvolvimento de determinada comunidade, representando a mais legítima contribuição para a história nacional e que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma crescente valorização da história local através das inovações teórico-metodológicas, como ampliação das fontes, pesquisa aos arquivos, etc.

Também, Silva (1990) chama a atenção para que o enfoque regionalista não se limite à coleta de dados e não se restrinja à região delimitada de estudo, pois a sua dinâmica depende da análise global do sistema. E afirma que “a região deve ser concebida como um território contínuo.

Dentro deste, ocorrem os processos de produção (de bens e serviços) e de reprodução de um modelo determinado de convivência social” (SILVA, 1990. p. 45). Com essa análise a região pode ou não ser uma fronteira politicamente determinada, pois: “O espaço de ação das elites e grupos locais pode ser,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

naturalmente ampliado ou restringido em resultado da própria ação política” (SILVA, 1990.p. 46). E, mais uma vez, enfatiza a concepção do todo nas partes:

Não se quer concluir aqui que a história nacional deva ser o somatório das Histórias regionais. Mas estas indicam as variáveis que são relevantes para a compreensão do sistema global de relações, que é o estado nacional. A nosso ver, podem também indicar além do mais, o grau de estabilidade e de continuidade deste sistema. (SILVA, 1990.p.49).

Com esta perspectiva, os arquivos públicos aparecem como grandes aliados, na tentativa de se construir uma história que intercala o local, regional e nacional, na íntima relação do todo com as partes. É o que afirmam Bonfim e Santos:

Arquivo é o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por órgãos e instituições públicas, privadas e pessoas físicas. Acredita-se que o termo tenha surgido na Grécia Antiga, com a denominação de ARCHÉ – princípio, atribuído a palácio, magistratura, evoluindo para ARCHÉIA – locais de guarda, depósito de documentos. (BONFIM e SANTOS, 2002. p. 25)

Nunes (2003) salienta que a palavra arquivo é polissêmica, pois representa tanto um conjunto de documentos, quanto um organismo, instituição ou entidade administrativa encarregada de conservar os arquivos, e acrescenta que a depender do tipo e uso de documentos, os arquivos podem ser correntes, intermediários e permanentes, e de acordo sua propriedade: públicos ou privados, federais, estaduais, municipais, pessoais, eclesiásticos, militares, etc. A autora também coloca que, de acordo com a sua natureza, os arquivos podem ser documentais (papel), audiovisuais, informáticos, iconográficos, cinematográficos, etc. E da importância da formação do acervo (outra denominação de arquivo) arquivístico, sendo necessário, localizar, coletar, identificar, classificar, descrever a classificação



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

através de guias, catálogos, inventários, etc. de documentos, para que seja aberto ao público interessado.

Heloísa Belloto (apud BONFIM e SANTOS, 2002) apresenta que o que determina se um documento é de arquivo, museu ou biblioteca é a razão de sua origem e emprego, ou seja, documentos culturais, didáticos, técnicos ou científicos, ficam a cargo do museu e biblioteca, os administrativos e jurídicos no arquivo, os primeiros ensinam, os segundos provam. Adenilton Melo e Maria Nunes (2002) apresentam que a documentação de Ilhéus provém de 1574 e a lei orgânica do Município de Ilhéus, de 5 de abril de 1990, foi o primeiro diploma legal que assegurou ao município a criação de um arquivo público, criado em definitivo com a lei de nº 2.562, de 18 de dezembro de 1995. Bonfim e Santos falam, também, da importância, portanto, da contribuição do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da UESC, para a preservação do acervo cultural da região e que a implantação do projeto de extensão de arquivos municipais, tendo como coordenadores os professores: Janete Ruiz de Macedo e Antônio Pereira Sousa, vem tentando recuperar os acervos documentais da região de abrangência da UESC, como também treinar pessoas para atuarem na área da arquivística.

Em Vitória da Conquista, segundo a auxiliar de coordenação do Arquivo Público Municipal Kátia Rosane Guimarães, este foi criado por meio da lei de nº 160/78, de 11 de agosto de 1978. O funcionamento efetivo, porém, começou a partir de 1980, tendo como primeira sede uma casa na Rua João Pessoa de nº 580. Em 1997, devido aos problemas de precariedade e instalação, a documentação do arquivo foi transferida para o Museu Padre Palmeira, onde houve algumas melhorias, como a realização de contatos com o Arquivo Público do Estado da Bahia, resultando na utilização de estantes metálicas revestidas com tinta esmalte e caixas adequadas para arquivamento, além da obtenção de algumas orientações técnicas. Em fins de 2001 o Arquivo foi para a rua Coronel Gugé nº 249 e atualmente se encontra provisoriamente na rua Góes Calmon de nº 226, desde



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

2003. Dentre os documentos que se encontram no Arquivo estão: leis, decretos, contratos, convênios, licitações, diários oficiais, projetos de lei, jornais, guias de sepultamento, livros de contabilidade, registro de arrecadação de impostos, livros ponto de escolas, registros do patrimônio da prefeitura, plantas, alvarás de construção, fotografias, livros de Atas, etc.

Os livros de Atas da Câmara de Vereadores datam de 1910 até 2002 (a de 1850 se encontra indisponível para pesquisa, devido às suas precárias condições), e de acordo com as informações da coordenadora, algumas temáticas já foram trabalhadas: política, prostituição, ditadura, transporte coletivo, manifestações culturais, história dos governos municipais, coronelismo e mandonismo, etc.

O Arquivo Público vem realizando um projeto de catalogação das Atas do legislativo, tendo como coordenadora Kátia Rosane Guimarães. Este processo possibilitará um maior tempo de vida às Atas uma vez que o primeiro contato do pesquisador deverá ser com o catálogo.

De acordo com o Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação, da Universidade Federal de Sergipe (1997):

O levantamento e catalogação de fontes documentais para o estudo da História da Educação Brasileira é o grande desafio colocado para os pesquisadores que necessitam de guias como instrumento de informação sobre a localização, disponibilidade e condições de utilização dos acervos. Mais do que isto, a organização, catalogação e seleção de fontes são instrumentos metodológicos indispensáveis para a produção do conhecimento histórico-educacional. (NPSE, 1997. p. 15).

O NPSE de Sergipe salienta que, em 1986, doutorandos em Filosofia e História da Educação organizaram um grupo de estudos e pesquisa vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o HISTEDBR (História, Sociedade e Educação no Brasil) tendo como projeto levantar



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

e catalogar fontes primárias e secundárias da educação brasileira em nível nacional. Tendo vários GTs, ou seja, grupos de trabalhos estaduais que integram a rede HISTEDBR, em Conquista representado pelo Museu Pedagógico.

Para Nunes (2004), os documentos escolares se referem aos elementos relacionados com a vida da instituição escolar e apresenta a pluralidade de fontes documentais, produzidas na própria instituição que constituem importantes fontes de pesquisa, contidas na biblioteca, secretaria, contabilidade, livros permanentes, documentos de alunos e de professores, etc.

O Arquivo Público de Vitória da Conquista é um órgão importante enquanto depositário de preciosas fontes para a construção e reconstrução da história de nossa cidade. Dentre as fontes disponíveis no Arquivo, privilegamos nesta pesquisa as Atas da Câmara de Vereadores (1917/1922), desenvolvendo o projeto de catalogação das mesmas, bem como o Jornal Combate (1934/1947).

No contexto que abrange os períodos analisados nas fontes citadas acima, apoiamos na teoria de Camargo (1983), para quem, durante a República Velha, a administração estatal era monopolizada por uma elite agrária que convergia todos os objetivos do Estado para o setor agrário, constituindo-se em um entrave para a economia industrial brasileira que despontava. A renovação geracional das elites, formada pelos novos segmentos emergentes não se deu de forma imediata, mas foram objetivadas por alguns indicadores: O gradual aleijamento dos líderes oligárquicos da Velha República, de mentalidade extremamente conservadora, sendo que a nova oligarquia, salienta a autora, parasitou como um tumor no tecido velho clientelista e também pela incorporação da juventude tenentista, nos quadros políticos, introduzindo uma mentalidade mais liberal de cunho reformista, para os setores emergentes da economia brasileira.

Forjaz (1977) apresenta a década de 20 como sendo um período de expansão econômica com a política da valorização do café e o desenvolvimento do núcleo urbano industrial. Para ela, o setor industrial nascente e o setor exportador



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

hegemônico cresceram juntos, sem que suas contradições os tornassem opostos. Com a política do café-com-leite trazendo as oligarquias ao seu exercício, as camadas médias urbanas (oriundas de famílias aristocráticas) vão se desenvolvendo nas cidades, com uma postura antioligárquica, desejando se contrapor a essa realidade política.

A gênese dessa camada média urbana, ainda de acordo a autora, remonta à conjuntura de abolição da escravatura, imigrantismo, relações mercantes de trabalho, núcleo urbano industrial, dentro de uma sociedade agroexportadora. Junto a esta categoria se encontrava a classe trabalhadora que, segundo Segatto (1989), desde a década de 80 do século XIX, com as primeiras indústrias, no Brasil, majoritariamente com a mão-de-obra composta por imigrantes europeus, começou a reivindicar melhores condições de vida, ainda que de forma fragmentada. Em seu primeiro momento, formada com os ideais anarco-sindicalistas, trazidos por imigrantes europeus, eclodiu, a partir de 1917, uma onda de greves gerais, começando em São Paulo e se espalhando por todo o país, enfraquecendo ainda mais uma política em crise. Também marcando um singular processo histórico-social no país, dentro das camadas médias urbanas, os tenentes constituíram uma antecipação histórica do desenvolvimento do pequeno burguês e a partir de 1922, uma série de levantes foram promovidos por eles, principalmente no Rio de Janeiro, na escola da Praia Vermelha com os 18 do Forte de Copacabana. Em meio aos tenentes que não desejavam e nem promoveram uma revolução e sim reformas para que alcançassem o poder, havia um jovem Capitão Luiz Carlos Prestes, que fundaria, nesse ínterim, a Coluna Prestes.

No bojo dos acontecimentos que antecederam a Revolução de 30, de acordo Camargo (1983), alianças processadas para tomar o poder da mão dos paulistas foram imprescindíveis no contexto da revolução (gaúchos, mineiros e nordestinos) tal qual Epietácio Pessoa, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e outras figuras

proeminentes do cenário político brasileiro da época que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas, que, por meio das armas, assumiu o poder a partir de 30.

Nos momentos que antecederam o golpe do Estado Novo em 1937 (auge da política de Vargas), o Brasil, segundo Molina (1997), tinha setores disputando o poder, destacando-se entre eles Integralistas (representados por Plínio Salgado), Comunistas (representados por setores de origem operária ou de figuras como Prestes) e Oligarquia Paulista (que fazia (continuar aqui) oposição a Vargas e almejavam lançar candidatura própria nas eleições de 38). Vargas articulou um plano para se perpetuar no poder, utilizando-se em primeiro instante da ideologia fascista.

Com a criação do DIP que impunha uma rígida censura, proibindo a circulação de qualquer notícia contrária aos interesses do governo, estabelecendo por meio de decreto quais assuntos poderiam ser vinculados pela imprensa, Vargas foi mitificado como o pai dos pobres trabalhadores, herói e mantenedor da ordem nacional.

No que se refere à educação, Carvalho (1997) aponta como principal instância de articulação e propaganda o chamado *movimento de renovação educacional*, que se desenvolveu nas décadas de 20 e 30 no Brasil. Segundo a autora, em 1924, desiludidos com a República, professores, advogados, médicos e engenheiros, fundaram a ABE, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, convencidos de que era na educação que residia a solução dos problemas do país.

Citando Lourenço Filho e Jorge Nagle, ela apresenta como o entusiasmo pela educação produziu, neste período, o discurso cívico das elites idealistas devotadas às causas nacionais, do povo dedicado à produção de riquezas, abrindo o país aos caminhos do progresso, discurso este difundido pela ABE.

Este discurso, em meados da década de 30, foi utilizado e desenvolvido por Getúlio Vargas, sobretudo no período correspondente à instauração do Estado Novo, em 1937. Lar, Escola e Pátria foram os lemas de Vargas, bastante explorados



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

e difundidos por sua equipe de propaganda, Molina (1997) cita a literatura ufanista e as cartilhas infantis como os instrumentos mais destacados para a perpetuação deste lema. “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas, o culto da pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito” (MOLINA, 1997, p. 105). Este é um trecho que o autor retirou da Cartilha *A Juventude no Estado Novo* que trazia a imagem de Vargas sorridente, segurando o queixo de uma menina saudável, sorrindo com gravata escolar e segurando a bandeira nacional, pois a educação infantil já era vista como espaço estratégico de controle social, com o discurso nacional moralista através de livros escolares. O professor era obrigado a estimular seus alunos a terem emoções cívicas para fins heróicos.

O autor traz outro trecho da mesma cartilha, para mostrar o poder de manipulação da propaganda: “Concito-vos, a utilizá-la [escola] no puro e exemplar sentido do apostolado cívico, infundindo o amor a terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil” (MOLINA, 1997.p.106). Este trecho é aliado, de acordo o autor, à figura de uma professora elegante e discreta apontando o mapa do Brasil para um aluno que trazia o livro abraçado ao peito, com outras crianças consultando livros e olhando a professora com admiração, veiculando a imagem da disciplina, ordem e respeito.

No que se refere à História do Município de Vitória da Conquista, este teve suas origens, no ciclo de colonização portuguesa em fins do século XVIII. O processo de colonização dessa região foi parte integrante de uma série de medidas tomadas por Portugal que objetivavam sua recuperação financeira, já que, naquele período, a metrópole vivia difícil situação econômica, pois, havia perdido colônias no Oriente como também o monopólio de produção do açúcar, acentuando sua dependência econômica com a Inglaterra.

A fim de encontrar uma saída para seus problemas financeiros, só restava a Portugal intensificar a exploração econômica de sua colônia na América. Assim, nesse processo, inclui-se a busca de ouro na faixa de terra situada entre os Rios



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Pardo e de Contas, como também o interesse em abrir os campos da região para criatório de gado.

Para Tanajura (1992) e Viana (1985) duas referências da História local, a "bandeira" de João da Silva Guimarães e de seu genro João Gonçalves da Costa, sob determinação do rei de Portugal, terminou por criar um núcleo populacional de onde se originou o Município de Vitória da Conquista. Entretanto, a exemplo das primeiras investidas portuguesas no século XVI, a conquista e povoamento dessa terra, não se fizeram sem lutas e extermínios, pois, ocupando esse território, havia nações indígenas nativas - Kamakãs, Imborés e Pataxós.

Os portugueses vão assegurando a posse da terra, inicialmente sem conflitos significativos com os indígenas, mas o embate seria inevitável, pois tal ocupação apresentava ameaça à sua presença aqui, e implicava retirá-los de áreas tradicionais de caça e pesca, e de agricultura de subsistência. Terminada essa fase, seguiu-se um momento de trégua e alianças entre conquistadores e Mongoiós, numa luta em que a deslealdade portuguesa foi a principal característica.

Os registros históricos oficiais nos contam, segundo os autores, apenas, que as tribos dessa região foram exterminadas pelas forças das armas, pela exploração e pela disseminação de doenças contagiosas. Entretanto, é certo afirmar que a constituição do Planalto da Conquista contou com a participação do indígena, seja a partir das várias formas de resistência ou no processo de aculturação.

O nome do Município, que hoje é Vitória da Conquista, confirmara a visão do vencedor, segundo Tanajura. Pois, ele surgiu da vitória ou da conquista obtida pelos portugueses contra os índios, com intercessão de Nossa Senhora da Vitória, invocada pelo mestre de campo João da Silva Guimarães, em um momento difícil da guerra contra os índios.

A seguir, apresentamos alguns dados relevantes acerca da trajetória de Conquista, em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais. De acordo com Viana (1985) os diversos nomes de Conquista foram: 1720 (Sertão da



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Ressaca), 1780 (Arraial da Vitória), 1840 (Imperial Vila da Vitória), 1891 (Cidade da Conquista), 1943 (Vitória da Conquista).

Como primeiros habitantes, a nação que maior influência exerceu sobre a história de Conquista foi a dos Mongoiós, que ocupavam extensa faixa do sertão da ressaca, entre os rios Pardo e de Contas. Foram grandes defensores de suas terras.

Seus primeiros exploradores foram João da Silva Guimarães (sogro de João da Costa) e João Gonçalves da Costa, que chegou à região do sertão da ressaca em 1752, era preto-forro, capitão-mor do terço de Henrique Dias (mestre-de-campo, comandante do terço), natural de Chaves (Portugal) de onde veio para o Brasil nas primeiras décadas do séc. XVIII. Participou das batalhas contra os nativos e foi um dos principais responsáveis pela origem do Arraial da Conquista.

A gênese de Conquista está ligada às descobertas das minas de Arassuay, com o ouro (próxima a Minas Gerais) e a exploração dos rios Doce e São Mateus. Mas a maior expressão econômica foi a pecuária. A agricultura desempenhou um importante papel, principalmente com a mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar e algodão. Com o desenvolvimento urbano, a partir de 1940, o comércio passou a ser o principal fator econômico na cidade.

A maior parte das famílias antigas de Conquista descendeu dos Oliveira Freitas (de João da Costa). A instalação da Câmara de Vereadores se verificou no dia 9 de novembro de 1840, ano que inaugurou a política da Imperial Vila da Vitória. O poder executivo era exercido pelo Intendente Municipal (prefeito) que acumulava também a função de presidente da Câmara, os vereadores e intendentes eram escolhidos entre os homens “bons” (coronéis, bons se referia a predados morais e grandes fazendas) da cidade. A política era fortemente ligada por conflitos locais de coronéis, dentre eles se destacam os mais importantes: A Tragédia do Tamanduá (que originou uma chacina) em 1895 e o confronto de Meletes e Peduros em 1919, que Euclides Dantas (1995) classificou como: “Os

últimos meses do ano de 1919, ainda foram de martirizadoras apreensões para Conquista”. (DANTAS, 1995, p. 16).

A igreja Nossa Senhora das Vitórias foi erguida em 1808, o padre José Joaquim de Andrade (vigário da freguesia de Nossa Senhora das Vitórias) foi o fundador da família Andrade (em Conquista ele era dono de escravos e terras). O padre Manuel Olímpio Pereira (Monsenhor) passou pela paróquia de Conquista entre 1905 a 1918 e exerceu muitos trabalhos cristãos, sobressaindo a criação da Santa Casa de Misericórdia (1918), hoje, hospital São Vicente. No que se refere à educação, no início havia duas escolas primárias (uma para meninos, outra para meninas) públicas e algumas poucas particulares nos arraiais e fazendas (dentro da Vila da Vitória). Porém, foi a partir da década de 20 que o ensino passou a ser mais estabelecido. Nesta década (20) foi fundado o Colégio Brasil e o Educandário Sertanejo, por Euclides Dantas, também o Colégio Marcelino Mendes. O Grupo escolar Barão de Macaúbas, talvez a primeira escola pública da cidade, foi fundado em 1935/1936. Em 1939 foi instalado o Ginásio de Conquista sob a responsabilidade do padre Palmeira.

O edifício da atual Câmara de Vereadores pertenceu ao pecuarista e Coronel Maneca Santos, foi construído em 1910 pelo mestre de obras Luiz Alexandrino de Melo. Foi nesse edifício que ocorreu, em janeiro de 1919, o confronto entre Meletes e Peduros, porém o encontro dos Conselheiros (vereadores) se dava na antiga prefeitura, chamada Paço Municipal.

Oliveira (2005) apresenta que o nascimento do jornalismo em Conquista (1910/1920) foi marcado por tragédias e controle dos coronéis, que não toleravam críticas e denúncias contra suas pessoas e seus atos, a imprensa, até por volta da década de 50, temia contrariar os coronéis, pois, quem se atrevesse era punido com morte, expulsão, agressões físicas e fechamento da imprensa. A partir do banimento do coronelismo por Vargas:

[...] a oligarquia passada é substituída por outra dentro da evolução da sociedade, mas atos de arbitrariedades contra jornalistas continuaram, mudando apenas seus métodos. Coronéis e Imprensa eram os dois, maiores poderes nas comunidades do interior daquela época, só que os primeiros tinham a força da punição com as próprias mãos. (OLIVEIRA, 2005.p.65).

Feita a contextualização histórica, o livro de atas da Câmara de vereadores de Vitória da Conquista, na época Cidade de Conquista, apesar de datado 12/02/1917, começa, de fato, seus registros em 14/08/1917 (é o segundo livro de Atas em uso, uma vez que o mais antigo datado de 1850 não se encontra em condições de manuseio, o primeiro é datado de 1910 até 1917 e se encontra em processo de digitalização da catalogação feita em 2005). Não foram encontrados registros referentes à educação neste período e nem no ano de 1918 e sim a partir de maio de 1919. O livro encerra-se em 01/01/1922, com a Ata da sessão solene de posse, fazendo-se um balanço do ano de 1921 e as conquistas feitas neste ano, além dos planos para 1922, incluindo a construção do colégio Vitória.

Vale lembrar que faz parte do nosso cronograma de trabalho estender a pesquisa bibliográfica à obra dos viajantes que cá estiveram no século XIX, e aos trabalhos realizados por acadêmicos que pesquisaram a história local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

14 /05/1919 (presidência do Conselheiro Paulino Fonseca)

Apresentam uma petição da senhora Anita Piau, professora municipal, pedindo para elevar de quinze para vinte e cinco mil réis a mensalidade do prédio onde funciona a escola por ela regida e pedindo a gratificação extraordinária de 10% nos seus vencimentos;



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Ass: Paulino Fonseca, Francisco Piloto, Josias da S. Leite, Francisco da S. Costa, Elpídio dos S. Flores, Jesulindo Oliveira, Clemente José da Silva, Crescencio Antunes Silveira.

20/05/1919 (presidência do cons. Paulino Fonseca)

Apresentam e aprovam parecer favorável ao indeferimento da solicitação apresentada na petição da Sra. Anita Piau, professora municipal;

Ass: Paulino Fonseca, Francisco Piloto, Josias da Silva Leite, Francisco da Silva Costa, Innocencio Felix da Cruz, Eulélio da Silva Bahiano, Crescencio Antunes Silveira, Elpídio dos Santos Flores, Jesulindo Oliveira.

11/08/1920 (Presidência Paulino Fonseca)

Apresentam um ofício do Diretor do Instituto de Proteção à Infância, pedindo auxílio para a manutenção do mesmo;

Apresentam um ofício do mesmo Diretor, coronel Francisco Soares de Andrade, pedindo a criação ou restabelecimento da escola do ensino elementar da povoação de Periperi;

Ass: Paulino Fonseca, Josias da S. Leite, Octávio José dos Santos Silva, Victor Clemente de Britto, Francisco Piloto, Clemente José da Silva, Jesulindo de Oliveira.

12/08/1920 (Presidência Paulino Fonseca)

Apresentam um requerimento do conselheiro Octávio Santos para que fossem nomeados substitutos aos conselheiros: Dr. Antônio Agripino da Silva Borges e Elpídio dos Santos Flores, membros da Comissão de Instrução Pública que se encontravam ausentes. Aprovado pelo presidente, foram nomeados para esse cargo, Victor Clemente de Britto e Francisco Piloto da Silva;

Apresentam o projeto de número 70 pela Comissão da Fazenda e Instrução Pública para restabelecer a escola elementar de Periperi e o projeto de número 71, concedendo o subsídio de um conto e oitocentos mil réis ao Instituto de Proteção à Infância;



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Ass: Paulino Fonseca, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, Francisco Piloto, Victor Clemente de Britto, Clemente José da Silva, Jesulindo de Oliveira, Justino da Silva Gusmão.

14/08/1920 (Presidência Paulino Fonseca)

Apresentam um ofício do Diretor do Instituto de Proteção à Infância, pedindo a supressão da escola complementar desta cidade e o restabelecimento das escolas elementares das povoações de Coquinhos e Bello Campo;

Submetem à discussão e à segunda votação o projeto de lei número 70, pedindo a palavra o membro da Comissão de Instrução Pública Victor Britto, concordando com o Diretor do Instituto de Proteção à Infância e apresentando um substitutivo ao projeto de número 70, requerendo o adiamento da discussão para o dia seguinte, sendo então aprovado;

Submetem à segunda discussão o projeto de número 71;

Marcam para o dia 16 de Agosto as segundas discussões o projeto de número 70 e o seu substitutivo;

Ass: Paulino Fonseca, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, Francisco Piloto, Jesulindo de Oliveira, Clemente José da Silva, Justino da Silva Gusmão, Victor Clemente de Britto.

23/05/1921 (Presidência Jesulindo de Oliveira)

Apresentam o decreto (projeto de lei de nº 86) do Conselho Municipal de Conquista que consta: Art. 1º Ficam criadas duas escolas municipais de ambos os sexos, com sede em Nova Lagoa do Gavião; Art.2º Revogam-se as disposições em contrário;

Marcam para o dia seguinte a primeira discussão do projeto de nº 86;

Ass: Jesulindo de Oliveira, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, Antônio Agripino da Silva, Justino da Silva Gusmão, Américo Silva Moreira, João



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Soares de Britto, Victor Clemente de Britto, Joaquim Vianna de Castro, Francisco Piloto.

26/05/1921 (Presidência Jesulindo de Oliveira)

O Conselheiro Octávio Santos registra votos de pesar pela morte do educador e jornalista Ernesto Dantas Barbosa. O expediente nada mais constou.

Ass: Jesulindo de Oliveira, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, Antônio Agripino da Silva Borges, Américo Silva Moreira, João Soares de Britto, Victor Clemente de Britto, Joaquim Vianna de Castro, Francisco Piloto.

18/08/1921 (Presidência Jesulindo de Oliveira)

Apresentam uma petição da professora substituta municipal D. Emília Carvalhal Ferreira reclamando o pagamento da diferença dos seus ordenados, alegando o que dispõe o regulamento do ensino estadual. Esta petição será encaminhada às respectivas Comissões como os membros da Comissão de Instrução Pública. Victor Clemente de Britto e Elpídio dos Santos Flores não estavam presentes, então o presidente nomeou os conselheiros Rosalvo Ferreira e Joaquim Vianna de Castro para avaliar a petição;

Ass: Jesulindo de Oliveira, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, Américo Silva Moreira, Rosalvo Ferreira Coelho, João Soares de Britto, Joaquim Vianna de Castro, Agripino Borges.

19/08/1921 (Presidência Jesulindo de Oliveira)

Apresentam o parecer da Comissão da Fazenda e Instrução Pública, sobre a petição de D. Emília América Carvalhal Ferreira, que considerou haver verba existente suficiente para o pagamento integral de todos os professores substitutos, de acordo com a lei vigente, nº 1463 de 16 de setembro de 1920. Considerando que a dita lei está sem cumprimento desde janeiro deste ano, quando principiou a vigorar. São de parecer que se officie ao Intendente para determinar o pagamento do professorado daquela data em diante, atendendo a tabela de lei estadual



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

(assinado: Agripino Borges, Josias da Silva Leite, Joaquim Vianna de Castro, Rosalvo Ferreira Coelho) dando para ordem do dia seguinte o referido parecer;

Ass: Jesulindo de Oliveira, Josias da Silva Leite, Octávio dos Santos Silva, Agripino Borges, Justino Silva Gusmão, Rosalvo Ferreira Coelho, Joaquim Vianna de Castro, João Soares de Britto, Américo Silva Moreira.

22/08/1921 (Presidência Jesulindo de Oliveira)

Apresentam um ofício do senhor Intendente Municipal a este Conselho comunicando a doação, que a maioria dos “subscritores” fez ao município, para construção de um colégio na Praça Sá Barreto e o pedido de um crédito de trinta contos de réis para a terminação do mesmo;

Submetem a primeira e única discussão o parecer das Comissões da Fazenda e Instrução sobre a reclamação feita pela professora D. Emília Ferreira, após a discussão o pedido foi votado e unanimemente aprovado.

Ass: Jesulindo de Oliveira, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, João Soares de Britto, Clemente José da Silva, Américo Silva Moreira, Rosalvo Ferreira Coelho, Joaquim Vianna de Castro, Antônio Agripino da Silva Borges.

23/08/1921 (Presidência Jesulindo de Oliveira)

Apresentam o projeto de lei nº 90 da Comissão da Fazenda que consta: Art.1 Fica aberto o crédito de trinta contos de réis para o Intendente concluir os serviços da Construção do prédio do Colégio Vitória desta cidade. Art.2 Fica também aberto o crédito suplementar da quantia de 600\$000 para pagamento de contas judiciárias. Art.3 Revogam-se as disposições em contrário;

Marcam para o dia seguinte a primeira discussão do projeto de nº 90;

Ass: Jesulindo de Oliveira, Josias da Silva Leite, Octávio José dos Santos Silva, João Soares de Britto, Joaquim Vianna de Castro, Clemente José da Silva, Américo Silva Moreira, Victor Clemente de Britto, Antônio Agripino da Silva Borges, Clemente José da Silva.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Obs: Em todos esses anos, o Secretário do Conselho Municipal foi Antônio dos Santos Silva, o escrivão das Atas.

Geralmente os assuntos registrados nas Atas, referem-se a pedidos de verbas para: construções públicas, sobretudo estradas e cadeias, pagamento das diárias dos presos pobres, ajuda aos pobres variolosos, na grande epidemia de 1919; e resultado de eleições da Câmara de Vereadores e da própria prefeitura (nesse período Paço Municipal), sem contar as inúmeras vezes que não houve expediente por não ter o que tratar ou por não haver número suficiente de vereadores nas sessões. Neste período, a Educação estava longe de ser priorizada.

Uma outra fonte importante para nossa análise é o jornal o Combate. Foram analisados os anos de 29/07/1934 até 01/08/1937 e: 24 /01/ 1943 até 17/04/1947. A seguir algumas manchetes encontradas referentes à educação, em anos diferentes:

O Combate – Domingo, 11 de agosto de 1935. Ano VII, nº1

Diretor: Laudionor A. Brasil. Redator: Flaviano Dantas

A EVOLUÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL: Artigo feito pelo professor Mario Padre que faz uma contextualização histórica e evolutiva da educação no Brasil, falando dos jesuítas (no ensino primário) e a indiferença de Portugal em relação à instrução nesses primórdios. Segundo ele, com a vinda de Dom João VI e a corte portuguesa, a educação primária teve algum impulso, algumas escolas foram criadas somente para meninos. Foi com D. Pedro I, em 1826, que escolas de primeiras letras foram criadas em algumas cidades, vilas e arraiais do país, representando, assim, certo avanço, pois já demonstrava de acordo com o autor, preocupação oficial do governo. Os métodos de ensino eram péssimos, o mestre mantinha a autoridade através do terror, tendo a palmatória como companheira, o aluno tremia ao ser apresentado ao seu professor e com verdadeiros martírios

para a memória com a decoração de nomes e datas sem importância, essa escola terror que afugentava crianças atravessou o Segundo Reinado e a República, porém, a partir desta, uma revolução pedagógica ocorreu no Brasil, combatendo a escola antiga (escola régia), através da adoção de novos métodos de ensino como os de: Pestalozzi (pai da pedagogia moderna), Frabel (o inventor do jardim de infância) e Montessori (educadora que abalou o mundo pedagógico). Essa nova escola primária foi despertada, em São Paulo, com Lourenço Filho e Sid Menuci, no Rio de Janeiro, com Fernando Azevedo, na Bahia, com Anísio Teixeira, em Pernambuco, com Aníbal Bruno, etc. Cada vez mais ganhando terreno, com materiais didáticos modernos, construindo prédios e sendo preocupação dominante dos dirigentes. Essa escola nova, para Padre, caminha para um futuro feliz na sua Escola Primária, base de todo o progresso.

O Combate – Quarta-feira, 22 de janeiro de 1936. Ano VII, nº21.

Diretor: Laudionor A. Brasil. Redator: Flaviano Dantas

A INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO DAS ESCOLAS REUNIDAS: No dia 18 deste mês às 17 horas, com o comparecimento do deputado federal Dr. Manoel Novaes, autoridades municipais e policiais, funcionalismo, professorado, colégios, representantes do comércio e das profissões liberais e grande massa do povo, foi inaugurado, pelo Senhor Prefeito da Comuna, o Prédio das Escolas Reunidas – Barão de Macaúbas. Houve discursos, o representante da Câmara Estadual Dr. Crescêncio Antunes Silveira destinou seu discurso à sociedade, convidando-a para travar uma luta contra o analfabetismo a fim de livrar seus filhos do abismo comunista. O Dr. Manoel Novaes também se pronunciou; e, durante toda a cerimônia, a Philharmonica de Santa Cecília se apresentou

O Combate – Domingo, 22 de agosto de 1937. Ano IX, nº2.

Diretor: Laudionor A. Brasil. Redator: Camillo de Jesus Lima



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

GINÁSIO EM CONQUISTA: O jornal fala da perspectiva de se fundar um ginásio em Conquista e convida a população, independente da política ou religião, a ajudar na realização dessa obra.

ARMANDO SALES ADMINISTRADOR – Instrução Pública – Ensino Profissional: O jornal apresenta a luta deste, na questão da educação e aponta que em 1910 havia em São Paulo 2.369 unidades escolares, com matrícula geral de 99.233 alunos; em 1930 essas cifras alcançaram 8.219 unidades e 256.292 alunos matriculados; em 1935 foram 1.772 unidades escolares que podiam abrigar 106.645 alunos e abrigaram 462.937. No ensino secundário também teve avanços: em 1930 São Paulo contava com 3 ginásios com 1.443 alunos; em 1935 eram 9 ginásios com 2.516 alunos, dentro as escolas normais tiveram 4.237 alunos. A educação profissional ganhou grande impulso com ele, em 1936, a matrícula nos seus vários cursos profissionalizantes alcançou o número de 8.939 alunos, ou seja, ele melhorou o aparelhamento escolar de São Paulo.

O Combate – 28 de fevereiro de 1943. Ano XIV nº 18

Diretor: Laudionor A. Brasil. Redator: Camillo de Jesus Lima

PROFESSOR FASCISTA, FORA! – O Professor Integralista Herbert Parentes Fontes Fortes foi afastado do Ginásio da Bahia por desonrar este colégio com seus ensinamentos, indo então para o Rio, onde foi nomeado técnico de educação, porém, os estudantes expuseram, ao ministro Gustavo Capanema, quem na verdade ele era e este vetou a nomeação. O jornal louva esta atitude.

GINÁSIO DE CONQUISTA CURSO DE ADMISSÃO – Funcionando das 8 às 12 horas diariamente, no Grupo Escolar Barão de Macaúbas, o curso de férias para candidatos aos exames de admissão à primeira série ginasial, sob a regência do professor Arnaldo Aguiar e a competente orientação do professor Everardo de Castro. Serão realizados os exames nos dias 26 e 27 deste mês. O Ginásio de



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Conquista aceita transferências de alunos de outros estabelecimentos equiparados para as quatro séries do atual curso ginásial, as aulas se reabrirão no dia 1 de março (curso primário) e 16 de março (curso ginásial).

FESTIVAL DO INSTITUTO CONQUISTENSE DE ENSINO – Na noite de 24 deste mês o Instituto Conquistense de Ensino dirigido pelo professor Valdomiro Oliveira, Ministro evangélico da 2ª igreja Batista da cidade, levou um encantador festival artístico no Cine Teatro Vitória trazendo grandes alegrias ao público. O jornal o parabeniza e também elogia o professor José Dermival Oliveira pela letra de algumas músicas apresentadas no festival.

O Combate – 9 de dezembro de 1944. Ano XVI nº 14

Diretor: Laudionor A. Brasil. Redator: Camillo de Jesus Lima

GINÁSIO DE CONQUISTA Sob Inspeção Federal – A propaganda do Ginásio consta: Diretor: Padre Luiz Soares Palmeira; Inspetor: Dr. Anfrísio Áureo de Souza; Regime: externato masculino e externato misto; Cursos: primário, admissão e secundário ginásial. Obs: Reabriu o internato não aceitando alunos em pensões e casas particulares, a não ser nos casos previstos pelos novos estatutos. Esta mesma Propaganda está em: 30 de janeiro de 1944 Ano XV (Rasgado um pedaço neste jornal), ? de fevereiro de 1944 Ano XV nº 16, 11 de março de 1944 Ano XV nº 18, 29 de abril de 1944 Ano XV nº 22 e 31 de julho de 1944 Ano XV nº 31.

O Combate – 7 de julho de 1945. Ano XVI nº 39

Diretor: Laudionor A. Brasil. Redator: Camillo de Jesus Lima

ENSINO NOTURNO GRATUITO – A ação católica feminina resolveu criar nessa cidade o ensino noturno para ambos os sexos. Será inaugurado no dia 14 deste mês, às 7/12 horas da noite, o curso masculino funcionará na escola São José, da Professora Helena Ferreira e o feminino, na escola da professora Jesuína Torres,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

na Rua Coronel Gugé. Com tal gesto, a ação católica espera eliminar o analfabetismo.

O Combate – 17 de abril de 1947. Ano XVII nº 21

Diretor: Laudionor A. Brasil.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: *Uma Campanha digna de todos os aplausos.* Grande Número de escolas será criado neste município – Atendendo as solicitações do Delegado do Ministério da Educação da Bahia: o Dr. Álvaro Augusto da Silva para a campanha em prol da alfabetização de adultos, o Prefeito Municipal Antônio Pedreira de Oliveira vem iniciando incansáveis esforços para conseguir o maior número de escolas com que o Governo Federal, por iniciativa do Ministro da Educação Dr. Clemente Mariani, vai beneficiar a Bahia. Uma reunião foi marcada no dia 14 deste mês para o fim apreço, no dia 15 partiram desta cidade caravanas que visitaram a sede de todos os distritos do município de que tomaram parte: o Dr. Adelmário Pinheiro, o Prof. Everardo de Castro, Dr. Deraldo Souza, Eratóstenes Menezes, Dr. Hugo de Castro Lima, Prof. João Norberto, Sr. Asdrúbal Brandão, Dr. Afonso Saraiva, o Prefeito Antônio Pedreira, Dr. Washington Landulfo, Sr. Belmiro Araújo, Profa. Jorgelita Smera, Sr. Benício Filho, Dr. Crésio Dantas e Anfrísio Souza, Prof. Waldomiro Oliveira e o Sr. Hercílio Lima, que fizeram ativa propaganda na sede de cada distrito procedendo, aos mesmos, a matrícula para as escolas serem criadas. Nesta cidade, o Prof. Everardo de Castro e suas auxiliares na Escola Barão de Macaúbas, a Profa. Helena Ferreira, o Prof. Arnaldo Aguiar e outros estão procedendo a matrícula dos alunos das escolas noturnas pela difusão do ensino. Também o Rotary Club de Conquista, de que é presidente o Dr. Mario Batista Marques Ferreira, por solicitação de Dr. Álvaro Silva, está desenvolvendo esforços para a Campanha de Alfabetização de Adultos. Serão 1600 escolas criadas na Bahia, e Conquista poderá ter até 30 dessas escolas. O jornal chama os habitantes desta terra a fazer parte desta campanha.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Em termos de educação, os temas abordados nos jornais abarcam escolas fundadas, homenagens a professores, referência ao ensino religioso, de corte-costura e datilografia, a questão política (com os professores integralistas e comunistas), a cruzada contra o analfabetismo e a alfabetização de adultos, bem como a própria história da educação com o artigo de Mário Padre, em 1935. Confirma-se, então, neste período (ao contrário da década de 20), uma valorização da educação e preocupação em desenvolvê-la.

Pretende-se, portanto, analisando épocas diferentes (da política coronelista até a era Vargas) com duas fontes diferentes, desenvolver um projeto que visa compreender a educação local com toda a sua representatividade na sociedade, seus sujeitos, sua estrutura e sua história, apresentando um olhar sobre a História da Educação em Vitória da Conquista, tendo como referência as Atas e os jornais citados anteriormente.

REFERÊNCIAS

- BONFIM, M.G.S. e SANTOS, M.S. Arquivo Público Municipal: A importância de sua implantação. In: **Cadernos do CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional da UESC**. Ilhéus: Editus, 2002.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: A Escola dos Annales, 1929 – 1989**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CAMARGO, Aspásia. A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política. In: **Revolução de 30. Seminário Internacional**. Brasília: Editora da UNB, 1983.
- CARVALHO, Marta Maria C. de. Educação e Política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: **A década de 20 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CASIMIRO, Ana Palmira B.S. **Metodologia da Pesquisa**: Mestrado em Agronomia, Concentração em Fitotecnia. Vitória da Conquista/UESB, 2005. (Texto digitalizado)



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

- DANTAS, Euclides. **Régis Pacheco 1895 – 1987: Esboços Biográficos.** Apresentação e notas de Humberto Fonseca e Ruy Medeiros. Vitória da Conquista: Museu Regional; UESB, 1995 (Memória Conquistense).
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos Annales a Nova História.** São Paulo, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- FORJAZ, Maria Cecília S. **Tenentismo e Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES, Kátia Rosane S.P. **O Arquivo Público de V. da Conquista – Uma abordagem sobre as Atas da Câmara de Vereadores.** (Texto Mimeografado)
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos.** O breve século XX 1914 – 1991. 2ªed. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2004.
- MELO, A.C e NUNES, M.J.S. Arquivo Público Municipal de Ilhéus. In: **Cadernos do CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional da UESC.** Ilhéus: Editus, 2002.
- MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado Discursos e Propagandas. In: **Boletim Informativo do Laboratório de Ensino de História.** Londrina: vol 3, p.87 a 94, abril, 1997.
- NEVES, Erivaldo F. **História Regional e Local.** Fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. UEFS/Arcádia, 2002.
- NPSE (Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação) UFS (Universidade Federal de Sergipe). Educação em Sergipe: Memória e Documentação. In: **Guia de Fontes para o Estudo de História da Educação do Estado de Sergipe.** Recife: Gráfica e Editora Liceu, 1997.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Os Arquivos e a História da Educação Baiana.** Minicurso proferido no III Colóquio Museu Pedagógico da UESB – Nov. 2003.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Arquivos e Fontes Documentais Escolares.** Minicurso proferido no IV Colóquio Museu Pedagógico da UESB – Nov. 2004.
- OLIVEIRA, Jeremias Macário de. A Imprensa e os Coronéis do Sertão. In: **A Imprensa e o Coronelismo no Sertão do Sudoeste.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005. p. 65 – 69.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências.** 7ªed. Edições Afrontamento, 1987.
- SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB.** 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989.
- SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: **República em Migalhas.** História Regional e Local.Coord. Marcos Silva. São Paulo: Copyright, 1990. ANPUH. p. 43-49.
- TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma cidade.** Vitória da Conquista: PMVC (ed comemorativa). Brasil Artes Gráficas LTDA, 1992.
- TORRES, Tranquilino L. (1859 – 1896). **O Município da Vitória.** Vitória da Conquista, Ba: Museu Regional de V. da Conquista/UESB, 1996. Memória Conquistense. Vol. 2.p. 10,11.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista histórica de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA. Vol. I (1985) e Vol. II (s/d).

Fontes:

Livro de Atas da Câmara de Vereadores (1917/1922)

Jornal O Combate: 1934/1937 e 1943/1947